

**NEGOCIA,
PETROBRAS**

O ANIVERSÁRIO DA PETROBRÁS SERÁ **DIA NACIONAL DE LUTA**

SINDIPETRO-LP
>>INFORMA

SINDICATO DOS PETROLEIROS DO LITORAL PAULISTA

EDIÇÃO # 198 OUTUBRO DE 2025 | sindipetrolp.org.br

SIGA NAS REDES!



/SINDIPETROL
CURTA NOSSA FANPAGE



/SINDIPETROL
ASSISTA NOSSOS VÍDEOS



/SINDIPETROL
SIGA NOSSO INSTAGRAM



13. 99137.8145
FALE CONOSCO

O ACT 2025 vem sendo marcado por fortes embates entre a categoria e a gestão da Petrobrás. Enquanto os sindicatos cobram pautas abrangentes – como a recomposição do efetivo, avanços em saúde e segurança, isonomia entre empresas do Sistema, valorização da AMS, soluções para os PEDs da Petros e o reconhecimento da diversidade – a empresa tem respondido

com propostas insuficientes e sucessivas prorrogações. A categoria não aceita retrocessos e exige um ACT digno, que assegure conquistas e projete a Petrobrás para o futuro.

É nesse contexto que o 3 de outubro, aniversário de 72 anos da Petrobrás, será marcado por um grande dia nacional de mobilização, convocado pelas duas federações (FNP e FUP), com atos em todas as bases do Sis-

tema. A celebração será em forma de luta, unindo ativos, aposentados e pensionistas em torno de pautas centrais como o fim dos PEDs, a defesa de uma Petrobrás 100% pública, a transição energética justa, a soberania nacional e o combate à precarização e à terceirização que ameaçam direitos e a segurança dos trabalhadores e trabalhadoras.

O Sindipetro-LP reforça o chamado: neste 3 de outu-

bro, vamos às ruas e portas das unidades mostrar que quem produz a riqueza da Petrobrás exige respeito. Não queremos a Petrobrás apenas como uma das maiores distribuidoras de dividendos do mundo – queremos uma empresa que garanta condições dignas para petroleiros e petroleiras. O futuro da Petrobrás só será soberano, público e inclusivo com a força organizada da categoria.

ACT 2025/2026: ENTRE PRORROGAÇÕES E IMPASSES, CATEGORIA COBRA AVANÇOS EM SALÁRIO, EFETIVO, SEGURANÇA E DIVERSIDADE

As negociações do Acordo Coletivo de Trabalho 2025/2026 já se mostravam difíceis antes mesmo da primeira rodada oficial. Em 25 de junho, durante reunião sobre plano de cargos, a Petrobrás encerrou o encontro após mandar interromper gravações em vídeo feitas por dirigentes da FNP, episódio que acendeu o alerta sobre transparência e controle da narrativa por parte da empresa.

Na sequência, em 23 de julho, a FNP protocolou a pauta do ACT 2025/2026 junto à Petrobrás e às subsidiárias, com reivindicações como reposição inflacionária acrescida de 4,67% de ganho real, incorporação da RMNR ao salário-base, reajuste do VR/VA (IPCA + 2,5%), avanços na AMS, concurso público para recompor efetivo, isonomia entre empresas do Sistema e soluções para os PEDs da Petros.

A pedido da própria companhia, em 18 de agosto, a FNP

esclareceu pontos da pauta e cobrou o início das negociações formais. A primeira reunião de mesa, em 2 de setembro, veio com proposta de vigência até 31/08/2027, reajuste apenas pelo IPCA (sem ganho real), atualização de benefícios educacionais só em 01/01/2026 e 01/01/2027, e tabelas do Grande Risco da AMS vinculadas ao VCMH a partir de 01/03/2026 e 01/03/2027. A empresa manteve mecanismos de banco de horas e não respondeu a pontos estruturais como efetivo e carreira; a FNP rejeitou em mesa por considerar a proposta insuficiente frente às necessidades da categoria.

Em 5 de setembro, a Federação reafirmou publicamente a rejeição e convocou mobilização; entre 9 e 11 de setembro, o Sindipetro-LP realizou assembleias que deliberaram indicativos (mobilização, estado de greve, assembleia permanente).

Na reunião de 25/09, os eixos de SMS e efetivo voltaram a dominar o debate. O tema offshore também esteve presente, com cobranças sobre a logística de embarques e a garantia de proteção ao descanso no regime especial, mas a pauta não se restringiu a esse ponto. A categoria insistiu em colocar a segurança e o efetivo no centro das negociações: exigiu respostas concretas para a proteção nas unidades, criticou a ausência de medidas diante da sequência de acidentes graves no Sistema e relacionou esses problemas à terceirização de atividades sensíveis e ao quadro reduzido de trabalhadores e trabalhadoras. A Petrobrás, por sua vez, apresentou respostas insuficientes e, ao final, informou apenas que o ACT será novamente prorrogado por mais 30 dias ou até a assinatura de um novo, o que ocorrer primeiro,

enquanto as tratativas seguem sem avanços consistentes. A entrega de uma nova proposta acontece no dia 16 de outubro.

O sindicato e a FNP denunciaram a estratégia protelatória da gestão, qualificando como “manobra para ganhar tempo” o modo como a empresa comunica “tratativas” sem enfrentar os itens críticos da pauta, especialmente os de SMS — num contexto marcado, inclusive, pela morte do trabalhador Rodrigo Reis na Coreia do Sul e por outros acidentes que exigem respostas urgentes sobre segurança e condições de trabalho. A cobrança é por avanços concretos imediatos nesses eixos, e não por generalidades. Até a data da próxima reunião, 16 de outubro, seguiremos unidos e em luta pressionando a gestão da empresa para apresentar uma proposta que reflita o anseio da categoria.

3 DE OUTUBRO – 72 ANOS DA PETROBRÁS: ORGULHO, RETOMADAS E MUITAS LUTAS PELA FRENTE

O Sindipetro-LP celebra juntos com a categoria os 72 anos da Petrobrás, empresa que é patrimônio do povo brasileiro e orgulho da classe trabalhadora. Essa data, porém, não é só de festa: é também um momento de reflexão crítica. Reconhecemos vitórias importantes nos últimos anos, mas seguimos afirmando que não basta retomar ativos e exibir lucros astronômicos se a força de trabalho continua enfrentando sobrecarga, descaso e precarização.

Entre os avanços, destacamos a reativação das FAFENS da Bahia e de Sergipe, bem como o anúncio da retomada da Fafen-PR, em Araucária, que haviam sido desativadas durante o período de desmonte da estatal. A Petrobrás também suspendeu processos de venda de refinarias e voltou a estudar formas de recuperar sua presença estratégica na distribuição de combustíveis, especialmente no GLP. Essas medidas são resultado direto da pressão social e sindical, que nunca aceitaram a entrega de uma empresa estratégica nas mãos do mercado e que cobra a volta das operações da empresa do poço ao posto.

Mas, ao mesmo tempo em que celebramos essas retomadas, precisamos ser firmes nas críticas. Mesmo com concu-

ros em andamento, o efetivo próprio segue muito aquém do necessário para garantir segurança e condições dignas nas refinarias, terminais e plataformas. A direção da Petrobrás insiste em não apresentar proposta específica para os trabalhadores e trabalhadoras offshore no ACT, ignorando a realidade de quem cumpre jornadas exaustivas embarcado. Some-se a isso o drama vivido pelos contratados: atrasos de salários, calotes e descumprimento de direitos são rotina, enquanto a Petrobrás lava as mãos e não fiscaliza de forma responsável suas contratadas.

Enquanto a empresa celebra lucros históricos — foram R\$ 61,8 bilhões apenas no primeiro semestre de 2025 —, a maior parte dos recursos segue destinada ao pagamento de dividendos, inclusive extraordinários. Só neste ano, já foram R\$ 20,3 bilhões entregues aos acionistas, em vez de serem reinvestidos na própria companhia. Essa escolha beneficia sobretudo grandes fundos privados, como BlackRock, Vanguard e Capital Group, que estão entre os maiores acionistas internacionais da Petrobrás, atrás apenas da União. Ao priorizar essa lógica, a gestão reduz os recursos disponíveis para fortalecer a Petro-

brás, limita investimentos em áreas estratégicas e mantém a transição energética em ritmo insuficiente diante da urgência climática e das demandas de soberania energética do Brasil.

Também não podemos esquecer do papel social da Petrobrás, que precisa ser retomado com força. É positivo que a empresa tenha voltado a lançar editais para a cultura e para o esporte, destinando milhões em patrocínios a projetos que alcançam comunidades em todo o país. Mas é preciso muito mais. Uma estatal como a Petrobrás tem a obrigação de investir em ciência, cultura, esporte e desenvolvimento social, e não apenas em marketing institucional.

No dia a dia da categoria, a gestão segue apostando em medidas unilaterais. Foi assim com a redução dos dias de teletrabalho, imposta de cima para baixo, que só resultou em algum avanço porque a mobilização arrancou a construção de uma minuta sobre o tema. O mesmo autoritarismo aparece nas escalas, nas rotinas e nas respostas às demandas da categoria. Aliás, respostas que muitas vezes sequer chegam: até agora, a Petrobrás não deu retorno consistente às pautas apresentadas pela FNP para o ACT 2025-2026, ignorando

pontos centrais como recomposição de efetivo, condições para offshore, isonomia entre empresas do sistema e valorização da força de trabalho.

E não podemos deixar de citar os PEDs / equacionamentos da Petros, tema que atinge aposentados, pensionistas e ativos. A cobrança da FNP e do Fórum das Entidades é clara: a Petrobrás precisa apresentar uma proposta financeira robusta para viabilizar um acordo judicial que reduza ou elimine os déficits dos PPSPs, acabando com os descontos abusivos que sangram o bolso da categoria. Enquanto isso, seguimos indo às ruas e ocupando sedes da empresa para cobrar o fim dessa injustiça, exigindo que a Petrobrás arque com a responsabilidade que lhe cabe.

Neste aniversário de 72 anos da Petrobrás, reafirmamos: temos orgulho dessa empresa, construída com o suor e a dedicação de gerações de petroleiros e petroleiras. Mas não aceitamos que a gestão trate saúde, segurança e direitos como custo. Nossa luta é para que cada ativo retomado se traduza também em valorização da força de trabalho. Porque sem gente não há Petrobrás forte, e sem Petrobrás pública e soberana não há futuro digno para o Brasil.

DIVERSIDADE E COMBATE AO ASSÉDIO NA PAUTA DAS NEGOCIAÇÕES DO ACT 2025/2026

No dia 30 de setembro, ocorreu o encontro específico sobre diversidade, solicitado pela FNP para tratar de temas fundamentais como igualdade de gênero, inclusão de pessoas com deficiência, valorização da população LGBTQIAPN+ e aposentados, além do enfrentamento ao assédio, à violência sexual, moral e doméstica.

Um dos pontos mais debatidos foi a retaliação contra denunciante de assédio, realidade que ainda afeta principalmente trabalhadores contratados. A FNP reforçou que a proteção a quem denuncia precisa estar garantida no ACT, e não apenas em padrões internos da empresa. A Petrobrás informou que já promoveu ajustes em seus processos, incluindo a participação da corregedoria nos casos mais graves, novas atribuições para gerentes de contrato em situações de re-

taliação, a possibilidade de o sindicato acompanhar o trabalhador ou trabalhadora denunciante durante a entrevista e a presença de advogado para a parte denunciada.

A importância desse debate fica evidente diante de episódios recentes que vieram a público, nos quais denúncias de assédio resultaram em processos demorados, falta de respaldo institucional e, em alguns casos, a permanência de agressores em cargos de liderança mesmo após acusações formais. Essas situações expõem a vulnerabilidade das vítimas, que muitas vezes enfrentam pressões para desistir, e reforçam a necessidade de mecanismos claros, prazos definidos e garantias formais no ACT.

A empresa também apresentou o Projeto Ecoar, que reúne boas práticas no Sistema de Ouvidoria e possui uma cartilha própria, já solicitada

pela FNP, e destacou que já há um movimento para ampliar a participação de mulheres nas comissões de análise de assédio. Apesar desses avanços, a FNP destacou a necessidade de que todas as medidas sejam visíveis, de fácil acesso e descritas no ACT, com prazo máximo de 90 dias para conclusão dos casos.

Na mesa, os dirigentes reafirmaram que a diversidade deve ser tratada como parte essencial de um ACT digno e de uma Petrobrás do futuro, que respeite seus trabalhadores e trabalhadoras. Também foi feita a cobrança pela prorrogação do ACT, vencido em 30 de setembro, para garantir segurança jurídica e tranquilidade durante as negociações.

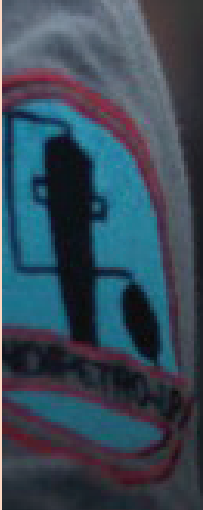
No dia seguinte, 1º de outubro, a Petrobrás comunicou oficialmente a prorrogação da vigência do ACT 2023/2025 até 31 de outubro de 2025, ou

até a celebração de um novo acordo, o que ocorrer primeiro. A decisão assegura que as condições pactuadas retroajam a 1º de setembro de 2025, data-base da categoria.

O Sindipetro-LP e a FNP reforçam que não há conquistas sem mobilização. O chamado agora é para que a categoria siga atenta e engajada, fortalecendo a luta por direitos e garantias no ACT 2025/2026.

Em síntese, o ACT 2025/2026 segue marcado por uma disputa de projetos: de um lado, a Petrobrás tenta manter um pacote limitado e protelatório — com prorrogações sucessivas e respostas genéricas —; de outro, a categoria, organizada pela FNP e pelos sindicatos, exige ganho real, isonomia, recomposição de efetivo, melhorias objetivas na AMS e respostas efetivas em segurança e condições de trabalho.

Seguimos mobilizados!



A luta pelo ACT de apenas um ano é estratégica para a categoria. Em um cenário de instabilidade política e econômica, não podemos ficar amarrados a um acordo longo que nos fragilize diante de mudanças no governo ou de projetos de privatização da Petrobrás — algo que já sentimos na pele e que trouxe enormes prejuízos aos trabalhadores e trabalhadoras. Garantir a negociação anual significa manter nossa capacidade de mobilização e de reação, com espaço para cobrar reparação das perdas acumuladas e lutar por ganho real nos salários.